

HIDRO-ELÉCTRICA DO CÁVADO

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

RELATÓRIO E BALANÇO

PRIMEIRO EXERCÍCIO

24 DE OUTUBRO DE 1945 (FUNDAÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 1946

TIPOGRAFIA FONSECA, L.^{DA}

Rua da Picaria, 74

P O R T O

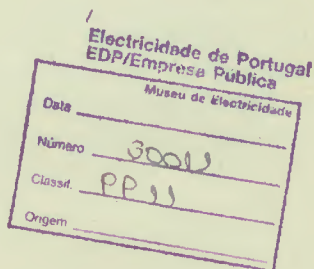
HIDRO-ELÉCTRICA DO CÁVADO

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

RELATÓRIO E BALANÇO

PRIMEIRO EXERCÍCIO

24 DE OUTUBRO DE 1945 (FUNDAÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 1946



TIPOGRAFIA FONSECA, L.^{DA}

Rua da Picaria, 74

P O R T O

HIDRO-ELÉCTRICA DO CÁVADO

S. A. R. L.

SEDE NO PORTO

Praça do Marquês de Pombal n.º 203

CONVOCAÇÃO

Convoco os Senhores Accionistas que, nos termos dos Estatutos desta Sociedade, têm direito de voto, para reunir em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Associação Industrial Portuense, rua Mousinho da Silveira, 228, desta cidade, no dia 27 de Março, às 16 horas, a fim de deliberarem sobre :

Balanço, Contas, Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao período decorrido desde a fundação da Sociedade até 31 de Dezembro do ano transacto.

Os Senhores Accionistas que desejarem fazer-se representar na Assembleia Geral por outros Accionistas em quem deleguem os seus poderes por procuração, deverão, nos termos dos Estatutos, Art.º 12.º e seu parágrafo, remeter a esta Sociedade as competentes procurações até três dias antes do designado para a Assembleia.

Porto, 5 de Março de 1947.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,

(a) António Augusto Pires de Lima,

SENHORES ACCIONISTAS:

Neste primeiro RELATÓRIO que o Conselho de Administração da HIDRO-ELÉCTRICA DO CÁVADO tem a honra de apresentar a V. Ex.^{as} cabe, naturalmente, indicar, a traços largos, a fase inicial da organização da Sociedade.

Publicada, em 22 de Julho de 1945, a importante nota officiosa do Ministério da Economia em que se definiram os pontos fundamentais da política do Governo no campo dos aproveitamentos hidro-eléctricos do País, dentro das bases formuladas na Lei de Electrificação, realizou-se, passados quatro dias, na Associação Industrial Portuense, uma reunião presidida pelo então Sub-Secretário de Estado do Comércio e Indústria, Senhor Engenheiro Albano do Carmo Rodrigues Sarmento, que, presentemente, desempenha as funções de Delegado do Governo junto da Sociedade. Nessa reunião desenvolveu S. Ex.^a a matéria da nota officiosa em relação às regiões do Norte, pormenorizando a participação do Estado no capital da Sociedade a constituir, bem como a participação, no mesmo capital, dos grandes produtores e distribuidores de energia eléctrica aos quais ficaria reservado um terço do capital, destinando-se o restante terço aos grandes consumidores e ao público. O oferecimento deste terço seria feito por intermédio dos Bancos.

S. Ex.^a anunciou também os nomes dos administradores da nova Sociedade, por parte do Estado, os quais foram depois investidos nos cargos, por portaria de 26 de Outubro de 1945.

Em contacto estreito com o Ministério da Economia, o administrador por parte do Estado que foi convidado para a presidência do Conselho de Administração, imediatamente deu início às diligências necessárias para rápida constituição da Sociedade, e,

a 24 de Outubro, nas notas do notário desta cidade, Dr. Francisco Maria de Sousa, era outorgada a competente escritura, na qual intervinham o Estado, os grandes consumidores e produtores de energia eléctrica e os Bancos Aliança, Borges & Irmão, Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Pinto & Sotto Mayor e Português do Atlântico, como subscritores do capital destinado aos grandes consumidores e ao público. Apraz consignar aqui o agradecimento da Sociedade a estes estabelecimentos de crédito, pelo modo como se desempenharam da sua missão dentro da fórmula acordada, que muito contribuiu para o êxito verdadeiramente excepcional da operação.

Constituída a Sociedade, realizou-se em 30 de Outubro de 1945 o seu primeiro Conselho de Administração. De 29 de Outubro a 6 de Novembro, os Bancos referidos ocuparam-se da colocação do capital entre o público e, coberto esse capital mais de sete vezes, procedeu a Sociedade às operações de rateio, que, no fim de Dezembro, ficaram concluídas. Seguiu-se a entrega, aos accionistas, dos documentos representativos das cautelas, enquanto se preparavam, em conformidade do artigo 5.º dos Estatutos, os títulos definitivos. A troca daqueles documentos pelas acções iniciou-se em 2 de Dezembro de 1946.

A Associação Industrial Portuense, que já na fase de organização da Sociedade pusera à nossa disposição as suas instalações, novamente e por amável atenção do seu ilustre presidente, o Senhor Engenheiro Mário Borges, cedeu uma das suas salas, onde, em 25 de Janeiro de 1946, se realizou a primeira assembleia geral da Hidro-Eléctrica do Cávado.

Por Decreto de 27 de Dezembro de 1945, publicado no «Diário do Governo», II Série, de 10 de Janeiro de 1946, foi outorgada pelo Estado à Sociedade a concessão do aproveitamento hidro-eléctrico dos rios Cávado e Rabagão, nos termos do caderno de encargos da mesma data e que faz parte desse diploma.

O aproveitamento hidro-eléctrico, que constitui objecto da concessão, seria-se em quatro escalões, — o primeiro do rio Rabagão, na Venda Nova; os outros três, do rio Cávado, em Paradela, Lavandeiras e Caniçada.

Com base nos estudos e ante-projectos elaborados pela

antiga Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos e de acordo com as disposições respectivas do caderno de encargos, a Sociedade, logo após a organização dos seus Serviços Técnicos, deu início à elaboração dos projectos definitivos indispensáveis à execução do escalão da Venda Nova.

Para mais rápida instalação dos serviços na Venda Nova, realizaram-se as avaliações e outras diligências preparatórias da aquisição de alguns prédios urbanos nessa povoação, tendo-se presente a conveniência de concluir amigavelmente as negociações e de evitar, na medida do possível, o recurso à expropriação judicial. A primeira escritura de compra firmou-se a 17 de Abril.

O bom resultado das negociações demonstra-se pelo facto de, numa totalidade avultada de casos, somente ter sido necessário requerer, no tribunal competente, até hoje, uma acção de expropriação, por se não haver chegado a acordo com os interessados. Nestas operações estão já abrangidas, além de propriedades urbanas na povoação de Venda Nova, as faixas de terreno necessárias à abertura da estrada entre a barragem e a chaminé de equilíbrio (Ferral). Concluído já o levantamento da planta cadastral, que abrange uma área de cerca de 390 hectares, estão em curso as negociações para aquisição das restantes propriedades que constituem a área a inundar ou que se tornam necessárias à execução das obras previstas (92 prédios urbanos e 512 prédios rústicos, não incluindo os terrenos baldios).

Elaborados pelos nossos Serviços Técnicos o projecto, programa de concurso limitado e caderno de encargos da obra do túnel de derivação que deve conduzir as águas da albufeira do rio Rabagão para a central de Vila Nova, na margem do rio Cávado, e, submetidos estes documentos à aprovação superior, procedeu-se em 10 de Abril à abertura das sete propostas recebidas.

Feita a escolha pela Sociedade da proposta mais vantajosa e efectuada a respectiva adjudicação, foi, depois desta homologada superiormente, firmado em 3 de Junho o contrato de empreitada com o Eng.º Álvaro de Melo Gouveia (com a colaboração da firma Entrecanales y Távora S. A., de Madrid), tendo-se dado início aos trabalhos, logo no dia seguinte.

Como trabalhos conexos cabe mencionar :

o estudo e construção da estrada provisória desde a povoação da Venda Nova ao local da futura barragem ;

estudo da estrada de acesso à povoação do Ferral e

estudo, feito a nosso pedido pela Junta Autónoma de Estradas, do desvio do troço da estrada nacional n.º 103 (com cerca de 9 kms. de extensão) que substituirá o troço a inundar.

O problema do abastecimento de energia eléctrica ao local dos trabalhos na Venda Nova, foi resolvido por acordo com a Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal (CHENOP), em colaboração com a União Eléctrica Portuguesa (U. E. P.), tendo a primeira destas sociedades instalado uma linha de alta tensão, expressamente para o fim em vista.

O assunto do equipamento electro-mecânico da central de Vila Nova foi, desde o início da actividade desta Sociedade, objecto de minucioso estudo. Consultadas as principais casas da especialidade, seguiu-se a análise das ofertas recebidas. Realizadas as conversas para esclarecimento e apreciação das mesmas, proseguiram negociações de pormenor com os representantes do grupo britânico (English Electric Export & Trading Co. Ltd. e Metropolitan-Vickers Electrical Export Co. Ltd.), por a Sociedade ter entendido ser a sua oferta a mais vantajosa e que mais garantias apresentava. Durante estas negociações, ainda em curso, pela sua natureza e importância, fomos visitados por representantes e técnicos do referido grupo britânico, tendo ainda o presidente e um dos vogais do Conselho de Administração, acompanhados pelo engenheiro chefe dos Serviços Técnicos e seu adjunto engenheiro electrotécnico, ido a Inglaterra, colher todos os elementos de informação julgados convenientes. Estão concluídos os preliminares dessas negociações para oportuna assinatura do contrato, depois de aprovada a encomenda pela Comissão de Fiscalização das Obras dos Grandes Aproveitamentos Hidro-Eléctricos. Todavia,

foram tomadas, em devido tempo, as disposições que asseguram a entrega do equipamento, em funcionamento, dentro dos prazos previstos.

Nesse equipamento está incluída a conduta forçada, prevista para ser fornecida pela South Durham Steel & Iron Co. Ltd., a qual, dadas as suas características, se reveste da maior importância.

Examinou o Conselho de Administração, com particular cuidado, o assunto da barragem da Venda Nova, de fundamental importância para esta Sociedade, tendo resolvido incumbir o Eng.º André Coyne, Inspector Geral de Pontes e Calçadas, Presidente da Comissão Internacional das Grandes Barragens e da sua secção francesa, da elaboração do respectivo projecto e de prestar a sua assistência técnica durante a execução da obra.

Elaborado o projecto de conjunto da barragem e submetido à apreciação superior, foi organizado o caderno de encargos e programa de concurso limitado. A abertura das seis propostas recebidas, para execução desta importante obra, realizou-se em 16 de Dezembro.

Simultaneamente contrataram-se os ensaios hidráulicos sobre modelos, do descarregador de cheias, com o professor Enrique Becerril y Antón — Miralles, da Escuela de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, de Madrid. Estes ensaios, executados em combinação com o Eng.º Coyne e com os Serviços Técnicos da Sociedade, determinaram a ida a Madrid dum dos vogais do Conselho de Administração, do engenheiro chefe dos Serviços Técnicos e dum dos seus adjuntos.

Continuando os estudos geológicos executados pela Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, esta Sociedade procedeu a sondagens para reconhecimento dos terrenos de fundação da barragem e para escolha das pedreiras a explorar durante a execução da obra.

Estes estudos abrangeram também sondagens relativas às futuras barragens de Paradela e Lavandeiras.

Antes de passar à apresentação das contas relativas ao ano findo, cumpre ao Conselho de Administração consignar e agradecer no presente Relatório, a atenção constantemente manifestada pelo Governo, em tudo o que diz respeito ao desenvolvimento e actividade da nossa Sociedade, e a atenciosa visita que nos deu a

honra de realizar, em 2 de Julho, aos trabalhos da Venda Nova S. Ex.^a o Ministro da Economia, Senhor Dr. Luís Supico Pinto.

Ao Delegado do Governo, Senhor Engenheiro Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento, queremos testemunhar o nosso apreço pela valiosa colaboração que nos têm prestado.

A Comissão de Fiscalização das Obras dos Grandes Aproveitamentos Hidro-Eléctricos, criada por decreto n.º 35.684, de 3 de Junho de 1946, às Direcções Gerais dos Serviços Eléctricos e dos Serviços Hidráulicos, também a Sociedade tem a agradecer não só a forma como acompanharam os assuntos em curso mas a solicitude com que nos têm atendido e ajudado.

Cabe ainda frizar e agradecer a boa colaboração do Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Geral e do Ex.^{mo} Conselho Fiscal.

Finalmente a todo o pessoal técnico e administrativo e, em especial, ao Engenheiro chefe dos Serviços Técnicos, Senhor Engenheiro Francisco Sarmiento Correia de Araújo, testemunhamos o nosso melhor apreço pela colaboração que sempre nos prestaram.

Contas

Seguem os mapas do Balanço e da Conta de Resultados de Exercício desde a fundação da Sociedade até 31 de Dezembro de 1946, que, como é óbvio, se apresenta com saldo devedor.

Durante o ano findo fizemos a chamada da 2.^a prestação do capital subscrito, de harmonia com o estabelecido no § 1.º do artigo 4.º dos Estatutos. Foi fixada em 25 % desse capital.

Porto, 22 de Fevereiro de 1947.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Pedro Ignácio Alvares Ribeiro

VOGAIS

Domingos José Rosas da Silva,

PELA COMPANHIA HIDRO-ELÉCTRICA DO NORTE DE PORTUGAL

Mamede de Sousa Fialho,

PELA UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

Paulo de Serpa Pinto Marques

MAPAS

Dezembro de 1946

ATIVO			
1) Circulante			
a) Líquido			
Caixa	46.400\$75		
Bancos	27.839.149\$35	27.885.550\$10	
b) Realizável			
Carteira de Títulos	3.196.800\$00		
Devedores e Credores Gerais (Saldos Deved.)	299.499\$44		
Accionistas	41.654.000\$00	45.150.299\$44	
c) Permutável			
Material em Armazém	48.947\$70		
Material a Receber	10.965.755\$00		
Contas Transitórias	1.603\$90	11.016.306\$60	84.052.156\$14
2) Fixo			
Móveis, Utensílios e Livros	504.315\$25		
Veículos	89.834\$20		
Aparelhos e Ferramentas	221.015\$55		
Aproveitamento da Venda Nova	3.315.874\$74		
Central de Vila Nova	123.527\$75		
Aproveitamento de Lavandeiras	26.519\$75		
Aproveitamento de Paradela	35.790\$00	4.316.877\$24	4.316.877\$24
3) De Compensação			
Titulos em Caução Estatutária	165.000\$00		
Cauções Alheias	109.200\$45		
Devedores por Cauções Próprias	3.231.980\$00	3.506.180\$45	3.506.180\$45
SITUAÇÃO PASSIVA			
1) Potencial			
Despesas de Administração Antecipadas	6.868\$30		
Despesas de Constituição da Sociedade	1.221.855\$35	1.228.723\$65	
2) Adquirida			
Resultados do Exercício		1.010.952\$50	2.239.676\$15
			94.114.889\$98

Porto, 31 de Dezembro de 1946.

O CHEFE DA CONTABILIDADE
M. Marques Dias

PASSIVO			
1) Exigível			
Fornecedores Gerais	344.429\$33		
Devedores e Credores Gerais (Saldos Credores).	181.080\$20		525.509\$53
2) De Compensação			
Credores por Títulos em Caução Estatutária	165.000\$00		
Credores por Cauções Alheias	109.200\$45		
Cauções Próprias	3.231.980\$00		3.506.180\$45
SITUAÇÃO ACTIVA			4.031.689\$98
1) De Constituição			
Capital	90.000.000\$00		
2) Adquirida			
Provisão para Flutuação de Cotação de Títulos	83.200\$00		90.083.200\$00
			94.114.889\$98

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Pedro Ignácio Alvares Ribeiro

VOGAIS

Domingos José Rosas da Silva,

pela Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal

Mamede de Sousa Fialho,

pela União Eléctrica Portuguesa

Paulo de Serpa Pinto Marques

Resultados do Exercício

DÉBITO

CRÉDITO

Despesas Gerais de Administração .	1.025.005\$85	Juros de depósitos à ordem . . .	89.687\$00
Taxas, Contribuições e Impostos .	75.633\$65	Saldo do Exercício	1.010.952\$50
	1.100.639\$50		1.100.639\$50

Porto, 31 de Dezembro de 1946.

O CHEFE DA CONTABILIDADE

M. Marques Dias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Pedro Ignácio Alvares Ribeiro

VOGAIS

Domingos José Rosas da Silva,

pela Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal

Mamede de Sousa Fialho,

pela União Eléctrica Portuguesa

Paulo de Serpa Pinto Marques

Parecer do Conselho Fiscal

SENHORES ACCIONISTAS:

O Conselho Fiscal, no cumprimento do que a lei e os estatutos determinam, examinou cuidadosamente a escrituração da Sociedade e tendo verificado a sua exactidão e regularidade, encontrou-a em perfeita concordância com as contas apresentadas pelo Conselho de Administração respeitantes ao exercício findo de 1946.

No desempenho da missão que nos cabe tivemos ensejo de apreciar a solicitude e a competência do Conselho de Administração.

Trabalho árduo e exaustivo o de guiar os primeiros passos deste novo empreendimento hidro-eléctrico — tão ansiosamente esperado e que tão decisivamente influirá, dentro em breve, na Economia do Norte do País — mas também inglório, porque os resultados só mais tarde deverão aparecer.

Podemos garantir-vos que o Conselho de Administração resolveu já os mais importantes problemas iniciais, tendo assim percorrido o caminho mais difícil e trabalhoso em obras da natureza das que estamos realizando.

Desde a constituição da Sociedade e da sua organização, até à elaboração dos projectos e ao estudo das propostas e adjudicação dos fornecimentos de máquinas e materiais e das diversas obras a executar, está já um vasto e trabalhoso programa realizado,

que exigiu da parte do Conselho de Administração muito esforço e muita competência, que o Conselho Fiscal deveras aprecia e espera que vós, Senhores Accionistas, reconhecereis.

Somos, por isso de parecer :

- 1.º — Que o Relatório, Balanço e Contas apresentadas pelo Conselho de Administração, merece a vossa inteira aprovação ;
- 2.º — Que louveis o Conselho de Administração pela sua inteligente e criteriosa orientação e o pessoal técnico e administrativo pela sua leal e dedicada colaboração.

Porto, 25 de Fevereiro de 1947.

O CONSELHO FISCAL:

PRESIDENTE

Manuel Orvalho Teixeira

VOGAIS

Delfim Ferreira,

POR D. FERREIRA, LDA.

Francisco de Sá Carneiro,

PELO BANCO PINTO & SOTTO MAYOR



